

**NÃO ÀS
DROGAS!**

SENADORES DO PODEMOS
VOTAM A FAVOR DA PEC 45/2023

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NO SENADO

Líder do Podemos no Senado:
Senador Rodrigo Cunha (AL)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Ismael Almeida

Coordenadora de Comunicação:
Cristiane Salles

Jornalistas responsáveis:
Fred Raposo, Rafaela Rosa e assessores de imprensa dos senadores

Fotografia, Diagramação e Arte:
Rafael Otero

Colaboradores: Aline Medeiros, Cássia Cassânego,
Daniel Mendes, Danilo Rurik, Edilene Martins,
Felipe A. Rodrigues, Flávio Miranda, Guilherme Knevitz,
Karine do Couto, Roberto dos Santos,
Rita Maria e Maria de Jesus.

SUMÁRIO

- 5** Senador Rodrigo Cunha assume a liderança do Podemos
- 6** Oriovisto Guimarães critica populismo do PT na Petrobras
- 9** Aprovado projeto de Marcos do Val que pune corrupção privada
- 10** Zequinha Marinho propõe mudanças para reduzir custos de campanha
- 13** Styvenson Valentim defende tolerância zero para drogas
- 14** Soraya Thronicke é candidata à presidência do Senado Federal
- 17** Projeto de Carlos Viana aumenta segurança nos carros de aplicativos

“Vamos honrar cada voto de nossos pares e conduzir o Podemos de forma proativa posicionando o partido como uma das principais forças motrizes do debate legislativo no Congresso Nacional e em prol do povo brasileiro”

LIDERANÇA

O senador Rodrigo Cunha (AL) foi eleito por aclamação, em 21/02, como o novo líder da bancada do Podemos no Senado. O parlamentar alagoano assume no lugar do senador Oriovisto Guimarães (PR), que liderou o partido no último ano.

“Vamos honrar cada voto de nossos pares e conduzir o Podemos de forma proativa, posicionando o partido como uma das principais forças motrizes do debate legislativo no Congresso Nacional e em prol do povo brasileiro”, disse Cunha.

CPI DA BRASKEM

“A CPI vai responsabilizar quem sabia do desastre ambiental cometido pela Braskem e continuou colaborando para ele se ampliar e se agravar, ou quem sabia deste crime ambiental e não fez nada para impedir”, disse o líder do Podemos, senador Rodrigo Cunha, que tem sido um dos destaques da CPI.

Rodrigo Cunha apresentou requerimentos para ouvir diretores da mineradora e também representantes dos moradores. O líder também identificou que a Braskem apresentou documentos falsos para obter licenças ambientais e que isso pode resultar em prisão para diretores da empresa.



PROTEÇÃO ÀS MULHERES

O senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL) lamentou, em plenário, o caso de feminicídio registrado em Alagoas. Walkiria de Brito Cavalcanti foi assassinada pelo ex-marido, em fevereiro, dentro de um shopping de Maceió, onde ela trabalhava. O líder do Podemos fez um apelo para o cumprimento integral da Lei 14.541/2023, de sua autoria, que determina o funcionamento 24 horas das delegacias especializadas no atendimento e combate à violência contra a mulher: “Infelizmente, ainda temos muito que avançar, porque nós temos hoje 506 unidades no Brasil e grande parte não funciona à noite. Nós não podemos nos acostumar com a barbárie. Até quando Valkírias perderão suas vidas porque nós não encaramos, como sociedade, o problema?”



POPULISMO NA PETROBRAS

Em entrevista ao programa Três Poderes, da Veja, o senador Oriovisto Guimarães criticou a política intervencionista do presidente Lula na Petrobras e disse que a estatal não pode ser refém do populismo: “Esse tipo de coisa ocorre quando? Quando a popularidade do governo Lula está caindo. Isso é muito semelhante ao que Bolsonaro fez”.

Oriovisto Guimarães também ressaltou que o governo deve saber separar os interesses políticos e empresariais: “Quando o governo faz política com a Petrobras, ele não está atendendo aos interesses dos acionistas. É um erro terrível. Você não vai beneficiar o povo fazendo isso. Pelo contrário, você vai arruinar a Petrobras”.

FIM DA REELEIÇÃO



Em debate no Senado, o senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) defendeu o fim da reeleição e a coincidência de datas para eleições federais e municipais. O projeto com as mudanças no código eleitoral está sendo discutido pelos parlamentares e é uma das principais pautas do Congresso em 2024.

Na opinião do senador, o fim da reeleição vai gerar economia: “Um governante faz loucuras e gasta muito para tentar se reeleger. Com um mandato de cinco anos, ele vai poder trabalhar de verdade para o País”.

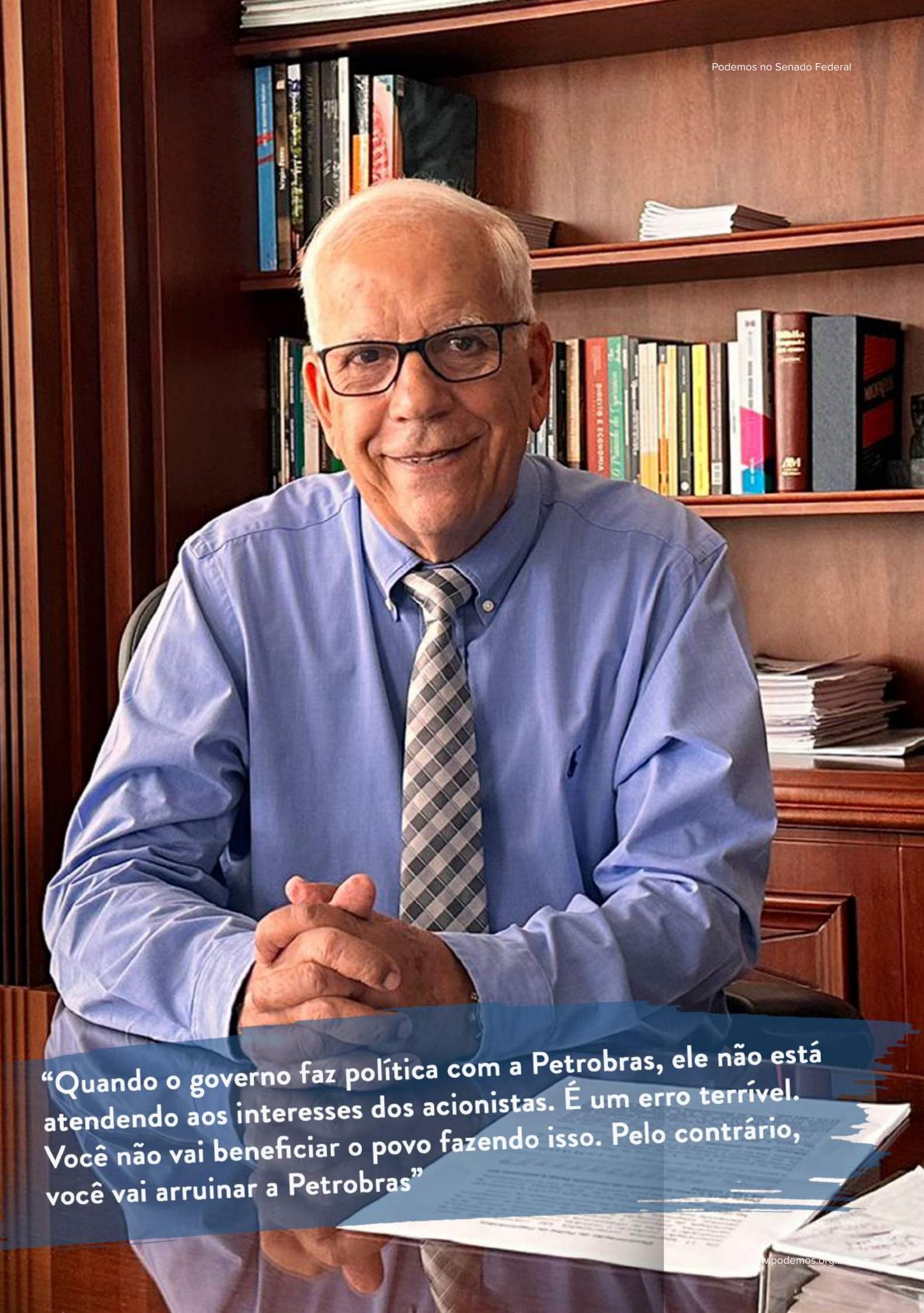
Oriovisto também ponderou que unificar as datas das eleições vai gerar economia aos cofres públicos.

SEM PREJUÍZO



O plenário do Senado aprovou, no dia 6/3, por 62 votos a 3, o Projeto de Lei Complementar (PLP 137/2019), relatado pelo senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR), que prevê a emissão de cédula de crédito a microempresas que não tenham recebido pagamento, no prazo de 30 dias, pelos bens ou serviços executados no âmbito do Estado.

“O projeto obriga que o órgão público emita um título reconhecendo a dívida, possibilitando que o empresário que prestou o serviço negocie no mercado mesmo que com algum desconto”, afirmou Oriovisto.



“Quando o governo faz política com a Petrobras, ele não está atendendo aos interesses dos acionistas. É um erro terrível. Você não vai beneficiar o povo fazendo isso. Pelo contrário, você vai arruinar a Petrobras”

“A corrupção entre agentes privados compromete a relação de confiança dos negócios e afugenta investidores. Em vários países europeus e nos Estados Unidos, já é considerada crime”

CORRUPÇÃO PRIVADA

A Comissão de Segurança Pública do Senado Federal aprovou, em 12/2, o Projeto de Lei (PL 4436/20), do senador Marcos do Val (PODE-ES), que tipifica a corrupção privada no ordenamento jurídico brasileiro.

A proposta, que recebeu parecer favorável do relator, senador Styvenson Valentim (PODE-RN), altera o Código Penal para estabelecer pena de 2 a 5 anos de reclusão e multa para quem solicitar ou receber vantagem indevida, como empregado ou representante de empresa ou instituição privada. O texto também define punição para quem oferecer ou pagar tal vantagem. “A corrupção entre agentes privados compromete a relação de confiança dos negócios e afugenta investidores. Em vários países europeus e nos Estados Unidos, já é considerada crime”, disse o senador capixaba.

CRIMES VIRTUAIS

Foi aprovado na Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD), no dia 13/3, o Projeto de Lei (PL 777/2022), proposto pelo senador Marcos do Val (Podemos-ES), que tipifica os crimes de incitação e apologia ao crime ou ao criminoso, quando praticados no ambiente digital.

Pela proposta, quem usa a internet ou redes sociais para incitar crimes vai ter a pena aumentada em um ou dois terços, de acordo com o prejuízo causado. A iniciativa de Marcos do Val vai ao encontro da necessidade de atualização do Código Penal diante do crescimento das agressões no ambiente digital.



Foto: William Borgmann

FIM DAS SAIDINHAS

O senador Marcos do Val (PODE-ES) votou a favor do PL 2.253/22, que restringe a liberação de presos em feriados e datas comemorativas, as chamadas saidinhas, principalmente para detentos que apresentam comportamento violento e antissocial: “Voltar para casa como um sociopata, ou um psicopata, é uma doença cerebral, então não adianta.

Ele é um dos principais beneficiados pela saidinha temporária, e é quem comete os crimes mais bárbaros sem ressentimento nenhum”.

O senador declarou ser a favor do cumprimento integral de pena, sem progressão de regime, para aqueles que não demonstram disposição de evitar reincidência. Ele também defendeu medidas de isolamento total nos presídios brasileiros e privação de contato íntimo como punição nos casos de crimes graves.



Foto: William Borgmann

REDUÇÃO DE CUSTOS

O senador Zequinha Marinho apresentou emendas ao Projeto de Lei (PLP 112/2021), que promove a reformulação do sistema eleitoral. As mudanças sugeridas pelo senador garantem igualdade de oportunidades para a disputa eleitoral ao instituir o acesso simplificado aos meios de comunicação para envio de mídias digitais: “Ao eliminar a necessidade de que cada partido desenvolva ou contrate serviços de terceiros para o envio de propaganda eleitoral, reduz-se significativamente os custos operacionais associados às campanhas”.

As emendas, destaca o senador, estão em “consonância com o objetivo do financiamento eleitoral público de limitar o gasto nas campanhas e direcionar os recursos de forma mais eficiente”.

AUXÍLIO-CUIDADO



A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou, em 28/2, projeto que cria o auxílio-cuidado, no valor de R\$ 500 mensais, destinado aos responsáveis por pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) severo, desde que integrante de família de baixa renda. A proposta do senador Zequinha Marinho (PODE-PA) - Projeto de Lei 2198/2023 - também estabelece medidas de assistência às famílias com integrantes que possuem TEA. O benefício será financiado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

“Os cuidados com a infância e adolescência, nos termos de nossa Constituição, devem ser compartilhados entre as famílias, a sociedade e o Estado. Entretanto, as famílias vêm arcando muitas vezes sozinhas com essa atribuição, e precisam de auxílio para realizar suas importantes tarefas”, declarou Zequinha.

COMISSÃO EXTERNA



O senador Zequinha Marinho apresentou requerimento para a criação de uma comissão temporária externa para verificar e apurar denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes no Arquipélago do Marajó (PA). O senador citou o caso ocorrido na sexta-feira (15/3), na cidade de Melgaço, onde a menina Vanessa Maia, de 14 anos, foi estuprada e morta com requintes de crueldade.

“Esta Casa precisa dar a cara e mostrar sua relevância. Falar daqui da tribuna é uma coisa, outra é estar lá presente, visitar alguns municípios, como esse de Melgaço aqui, que apresenta o mais baixo IDH do Brasil; lá onde a questão social é tão séria, tão complicada. E a violência vai para dentro, faz parte desse processo. Quem representa a população precisa estar presente na população”, ponderou o senador.

A middle-aged man with glasses, wearing a blue suit, white checkered shirt, and blue tie, is speaking. He is holding a white marker in his right hand and gesturing with his left hand. He is seated at a table with a laptop and a glass of water. Other people are visible in the background, some looking at their phones.

“Ao eliminar a necessidade de que cada partido desenvolva ou contrate serviços de terceiros para o envio de propaganda eleitoral, reduz-se significativamente os custos operacionais associados às campanhas”



“A corrupção no setor privado é conduta extremamente nociva, pois, ao fim e ao cabo, traz um ônus que acaba sendo suportado pela sociedade como um todo. Vantagens indevidas são, inevitavelmente, repassadas aos consumidores”



FREIO NA CORRUPÇÃO

No dia 12/3, a Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado aprovou, na forma de um substitutivo apresentado pelo relator, Styvenson Valentim, Projeto de Lei (PL 4436/20) do senador Marcos do Val, que altera o Código Penal para tipificar como crime a corrupção privada.

“A corrupção no setor privado é conduta extremamente nociva, pois, ao fim e ao cabo, traz um ônus que acaba sendo suportado pela sociedade como um todo. Vantagens indevidas são, inevitavelmente, repassadas aos consumidores”, disse Styvenson.

Para o senador, a existência de um tipo penal proibindo a corrupção no meio privado “é muito bem-vinda, pois aumenta o ‘custo’ dessa prática, inibindo-a”.

DESCASO

No início de março, o senador Styvenson Valentim (PODE-RN) criticou, no plenário do Senado, a precariedade das escolas e a ineficiência das políticas públicas voltadas para a educação no Rio Grande do Norte. Segundo o senador, o governo fechou 18 escolas no interior do estado.

“São décadas sem passar por uma reforma. E eu vou dizer por que não falta dinheiro: porque o governo do estado, que é administrado por uma professora, pegou R\$ 120 milhões ou R\$ 140 milhões e construiu dez institutos técnicos, tendo quase 600 escolas precisando de um mínimo de reforma. Tem escolas que nem banheiro têm”, disse.

Styvenson destacou que a crise na educação impacta diretamente a segurança pública, com o agravamento da situação.

TOLERÂNCIA ZERO

O senador Styvenson Valentim defendeu, no Senado, a aprovação da PEC 45/2023, que criminaliza o porte e a posse de drogas. Como ex-policial, o senador disse que presenciou várias situações em que pais eram forçados a acorrentar seus filhos para evitar que vendessem pertences da casa para sustentar o vício: “Conheço de perto os efeitos devastadores que as drogas têm nos usuários e nas famílias. Por isso, para mim, é tolerância zero para drogas”.

Para o senador, proibir drogas é uma questão de saúde pública: “As drogas causam dependência, destroem famílias e eu não quero isso para o futuro do País. Não podemos transformar o Brasil em uma grande Cracolândia”.



CANDIDATA À PRESIDÊNCIA DO SENADO

O Podemos anunciou, durante evento do “Podemos Mulher”, em São Paulo, no dia 9/3, que a senadora Soraya Thronicke (MS) disputará a presidência do Senado na eleição que acontecerá no começo de 2025.

A presidente nacional do partido, deputada federal Renata Abreu (SP), criticou forças políticas “que há muito tempo dominam o Senado” e se comprometeu a organizar a campanha. Soraya agradeceu o convite para participar da disputa: “A possibilidade da alternância de poder é saudável para a democracia e ajuda a evoluir o debate para a presidência do Senado”.

CPI DA COVID



A senadora Soraya Thronicke (PODE-MS) e outros parlamentares que integraram a CPI da Covid se reuniram com o procurador-geral da República, Paulo Gonet, em 19/3, para pedir a reabertura das investigações apontadas pela comissão. “Nós fizemos a nossa parte e mostramos a atuação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na pandemia de covid-19, mas o ex-procurador-geral da República, Augusto Aras, agiu como ‘pizzaiolo’ em relação ao relatório final da comissão”, disse Soraya.

A senadora lembrou que os pedidos de providências e indiciamentos foram encaminhados à Polícia Federal, ao Ministério Público e ao STF: “Vamos continuar cobrando a responsabilização de todos os envolvidos”.

CIGARROS ELETRÔNICOS



Autora do projeto que regulamenta a produção, a comercialização, o controle, a fiscalização e a propaganda dos cigarros eletrônicos (PL 5.008/2023), a senadora Soraya Thronicke tem destacado, no Senado, que, mesmo proibido pela Anvisa, o consumo do cigarro eletrônico deu um salto no Brasil. Soraya citou pesquisas que apontam que, em 2018, 500 mil pessoas haviam consumido cigarro eletrônico nos 30 dias anteriores à pesquisa. Já em 2022, esse número passou para 2,2 milhões de pessoas: “A posição brasileira de simplesmente proibir é o mesmo que tapar o sol com a peneira. Precisamos estabelecer regras rigorosas para a venda do cigarro eletrônico e avaliar a origem dos produtos consumidos no País. Daí a importância da regulamentação”.

O projeto está pronto para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas antes será debatido em uma audiência pública no Senado.



“A possibilidade da alternância de poder é saudável para a democracia e ajuda a evoluir o debate para a presidência do Senado”



“Caso aconteça algo dentro do veículo, o botão sendo acionado, as autoridades de segurança receberão a notificação e poderão agir. Uma ferramenta simples e super importante em situação de perigo”

MAIS SEGURANÇA

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou, em 21/2, o projeto (PL 3039/23), do senador Carlos Viana (PODE-MG), que determina a instalação de um botão do pânico nos carros de aplicativos. “Caso aconteça algo dentro do veículo, o botão sendo acionado, as autoridades de segurança receberão a notificação e poderão agir. Uma ferramenta simples e super importante em situação de perigo”, ressaltou Viana.

Segundo o senador, a instalação do dispositivo será implementado pelas empresas de transporte. O projeto determina, também, a obrigação de um cadastramento prévio, com foto e documento, do condutor e também do cliente que utilizará o serviço.

BRASIL-ISRAEL

Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Israel, o senador Carlos Viana relatou, no Senado, o Projeto de Lei 5636/2019, que estabelece a data 12 de abril como o Dia da Amizade Brasil-Israel.

Carlos Viana ressaltou que a aprovação do projeto ocorreu em um momento de “dificuldade diplomática” entre os governos de Brasil e Israel, mas que brasileiros e israelenses são povos irmãos, independentemente de governos: “Em breve, acredito que esses problemas diplomáticos serão superados. Foram infelizes as palavras do presidente Lula em comparar o Holocausto com a conflito atual. Brasileiros e israelenses querem e têm uma relação de muito carinho e amizade. A existência de uma comunidade de mais de 10 mil brasileiros em Israel e de cerca de 100 mil judeus no Brasil leva à existência de fortes vínculos culturais e sociais entre essas nações amigas”.



FIM DAS SAIDINHAS

O senador Carlos Viana comemorou a aprovação do PL 2253/22 que restringe o benefício da saída aos presos: “No Senado sempre trabalhei para que acabássemos com a saída temporária para presos perigosos. Damos um passo importante. A população esperava por isso”.

Apesar do avanço com o fim das saidinhas, o senador Carlos Viana apresentou um projeto mais completo (PL 205/2024) proibindo a concessão de saída temporária aos reincidentes e aos condenados por crime hediondo: “O meu projeto aperfeiçoa e complementa a proposta aprovada pelo Congresso. Assim, acredito que a sociedade vai se sentir mais segura”.



podemos

+ [VOCÊ]

agora é

20

JUNTOS PODEMOS
TRANSFORMAR
O BRASIL!